

Uma ou Várias Agriculturas Biológicas?

Artur Cristóvão

Universidade de TRás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos Transdisciplinares
para o Desenvolvimento

acristov@utad.pt

É sobejamente sabido que não existe uma agricultura, existem muitas. Só no nordeste de Portugal continental, podemos identificar as agriculturas da Terra Fria, do Planalto Mirandês, da Terra Quente, do Douro e dos Vales Submontanos. Toda esta diversidade se multiplica à escala nacional, como bem retratado na pequena-grande obra de Orlando Ribeiro, “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, ou mais recentemente na Geografia de Portugal dirigida por Carlos Alberto Medeiros, muito em especial no seu terceiro volume sobre actividades económicas e espaço geográfico, assim como em muitos outros trabalhos de agrónomos, geógrafos, etnólogos e antropólogos.

Mas a diversidade não resulta apenas da geografia, dos solos e do clima, é também influenciada por muitos outros factores e marcada, ao nível da exploração agrícola, pela sua dimensão e estrutura e pelas próprias estratégias e opções produtivas do agricultor, assim como pelas orientações seguidas relativamente ao modo de produção e às técnicas ou práticas utilizadas. Assim, num mesmo território, como o Douro ou a Terra Fria, temos produtores com explorações de diferentes dimensões que fazem diferentes agriculturas convencionais, umas mais tradicionais outras mais modernizadas, umas mais extensivas outras mais intensivas, e outras que seguem o modo de produção biológico ou outro com que se identifiquem.

Aqui chegados, com ideias que parecem consensuais, podemos perguntar: e no caso da agricultura biológica, temos só uma ou várias? A resposta só aparentemente é simples. A tentação é dizer que sim, que agricultura biológica só há uma, a que segue os padrões que estão definidos nos regulamentos publicados e aceites por cada país. Mas a realidade não é tão simples. Sobretudo hoje, numa era em que este modo de produção está regulamentado, sujeito a control e certificação, mas em que também coexistem diferentes visões sobre o que é (ou o que deve ser) a agricultura biológica e motivações distintas para a praticar. O panorama está longe de ser linear e alguns factos comprovam que o campo da agricultura biológica é bem diverso e exhibe mesmo visões contraditórias.

Tudo isto vem a propósito do incisivo e polémico artigo do jornalista Philippe Baqué, publicado no “Le Monde Diplomatique” de Fevereiro de 2011, intitulado “Produção Intensiva, Exploração de Mão de Obra, Ausência de Traçabilidade: A Florescente Indústria da Agricultura Biológica”. O pequeno resumo inicial não podia ser mais elucidativo: “Frangos criados em série, tomate em todas as estações, pomares onde operários imigrantes são explorados ... Sim, mas é biológico! Ou como um movimento lançado por activistas preocupados com o pequeno campesinato, ao mesmo tempo que rejeitava as lógicas produtivistas, pode acabar nas prateleiras dos

supermercados”. E o resumo é apenas uma pontinha dos factos e argumentos que o autor apresenta.

A maior parte da “intriga” passa-se em França, Espanha e Itália, mas outros países, noutros continentes, são também mencionados, como a China, a Colômbia, o Brasil, a Bolívia ou a Índia. Vejamos algumas das práticas que o autor cita como maus exemplos e sintomas de uma agricultura biológica “doente”, padecendo dos mesmos males da agricultura produtivista:

- Produção intensiva de frangos biológicos pelas mãos de poderosas cooperativas (como a “Terres du Sud”, em França) alegadamente aliadas de firmas da grande distribuição; nestas cooperativas os produtores estão sujeitos a contratos apertados e a perder toda a sua autonomia, como refere um membro da Confederação Camponesa, ex-produtor de frango biológico;
- A permissão, na nova regulamentação europeia, da existência de uma pequena percentagem de OGM nos produtos biológicos, assim como as derrogações para os tratamentos químicos;
- A crescente dependência de alimentos importados (como a soja) dos produtores de aves em França, já que foi substancialmente reduzida a percentagem de alimentos que o produtor deve produzir na sua exploração, o que induz um modelo mais intensivo, próximo da avicultura industrial sem terra. Acresce que, em final de 2008, foram retiradas toneladas de farelo de soja biológica importada da China por uma filial da Cooperativa “Terena”, uma vez que se encontrava contaminada por melamina, um produto muito tóxico;
- No Brasil, sobretudo no estado do Mato Grosso, onde a floresta amazónica está a ser destruída, as fazendas biológicas podem ter 5 mil hectares e os seus proprietários recusam visitas; os seus produtos são certificados, não se sabendo o impacto que estas fazendas tiveram na destruição da floresta nativa;
- Grandes cooperativas agrícolas francesas estão a impor a sua supremacia no campo do bio, comprando empresas ligadas à agricultura biológica e reforçando as ligações com multinacionais directamente envolvidas na investigação e comercialização de OGM;
- A empresa Bionest produz morangos no Parque Natural de Donana, em Espanha, não respeitando a biodiversidade, praticando a monocultura, injectando fertilizantes em conformidade com o regulamento (que lhe asseguram o rótulo “bio”) e contratando centenas de romenas, polacas e filipinas, particularmente precarizadas e controladas, em condições que o Sindicato dos Operários do Campo caracteriza como de exploração igual à dos outros trabalhadores sazonais de Huelva.

Outros exemplos são mencionados, alguns positivos, como o da Cooperativa “La Verde”, da serra andaluza de Cádiz, constituída por famílias que produzem legumes e frutas, e criam vacas e carneiros, numa área de 14 ha, vendendo toda a produção na Andaluzia, através de uma outra Cooperativa. O mais importante, contudo, é que o artigo destaca que existem várias agriculturas biológicas, que seguem modelos bem diferentes. Na sua essência, o autor aponta para o fenómeno da intensificação, industrialização ou “convencionalização” de muitas explorações de agricultura

biológica, que seguem os piores passos da agricultura convencional massificada, submetida aos interesses de um mercado global e liberalizado, controlado por interesses poderosos.

O fenómeno em si não é surpreendente. Na verdade, muitas iniciativas com carácter alternativo, que procuravam remar contra a corrente dominante, veiculando novas formas de pensar e de fazer, acabaram por ser apropriadas por interesses mais fortes, que as desvirtuam, embora mantendo uma “capa” alternativa. Por essa razão os conceitos e as práticas evoluem, e novas designações vão surgindo. Assim, autores como Lyson e Guptill (2004) falam da “agricultura cívica”, associada à pequena e média exploração que busca estratégias alternativas para permanecer economicamente viável, servindo a sua comunidade ou região, com um espírito de justiça social, sustentabilidade ecológica e relações sociais de apoio mútuo.

Hinrichs (2003), num artigo sobre a prática e as políticas da localização de sistemas alimentares, contrasta dois grandes modelos de agricultura e alimentação, o global e o local. Os exemplos do artigo de Baqué acima citado estão vinculados ao modelo global, assente na economia de mercado e do preço, dominado por grandes empresas, baseado na intensificação, na grande escala, na lógica industrial, na monocultura, nas relações à distância, nas grandes estruturas e em regras tecnocráticas. Por oposição, a perspectiva alternativa da agricultura biológica (como parece ser a da Cooperativa “La Verde”), está vinculada ao modelo local, assente numa economia moral e da qualidade, em produtores independentes, na extensificação, na pequena escala, na harmonia com a natureza, na biodiversidade, nas relações de proximidade, em regras democráticas.

No Mundo, na Europa, em Portugal, a agricultura biológica evoluiu significativamente no ultimo meio século e particularmente desde os anos 90, com o seu reconhecimento político, a respectiva regulamentação e o crescimento do número de operadores. Há mais produtores, mais área, mais produção. A maioria dos novos produtores veio da agricultura convencional e, como bem referem Flaten et al. (2006), numa situação em que a agricultura biológica se tornou mais rentável que a convencional, o sector atraiu a atenção de produtores pragmáticos, orientados para o negócio e o lucro. Estes produtores, e os operadores a que se associam, tiveram, inevitavelmente, uma influência na evolução do sector, criando dilemas no movimento bio.

Neste quadro, há que reflectir sobre o que queremos e para onde vamos: a “convencionalização” da agricultura biológica, com a sua integração no modelo agrícola e agroalimentar global, contra o qual lutou durante décadas? Ou uma agricultura biológica “cívica”, norteadada por princípios sociais e ecológicos, fomentando relações de proximidade com a comunidade e os consumidores, e praticada com sentido de decência e sem vestígios de ganância? Podemos querer uma ou outra, e lutar por isso, mas o que o futuro nos reserva é, seguramente, um mundo com várias agriculturas biológicas, muito provavelmente com modelos de controlo e certificação diversos, oficiais e não oficiais, formais e informais. Cada operador terá de fazer a sua opção e os consumidores não deixarão de se manifestar. Estejamos atentos!

Referências

Baqué, P. (2011). Produção Intensiva, Exploração de Mão de Obra, Ausência de Traçabilidade: A Florescente Indústria da Agricultura Biológica. *Le Monde Diplomatique*, Nº 52, II Série, Fevereiro, pp. 22-23.

Flaten, O., G. Lien, M. Ebbesvik, M. Koesling e P. Valle (2006). Do the New Organic Producers Differ from the Old Guard? Empirical Results from Norwegian Dairy Farming, *Renewable Agriculture and Food Systems*, 21(3), pp. 174-182.

Hinrichs, C. C. (2003). The Practice and Politics of Food Systems, *Journal of Rural Studies*, 19 (2993), pp. 33-45.

Lyson, T. e A. Guttill (2004). Commodity Agriculture, Civic Agriculture and the Future of US Farming, *Rural Sociology*, 69(3), pp. 370-385.

Medeiros, C. A. (Dir.) (2005). *Geografia de Portugal – Actividades Económicas e Espaço Geográfico*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Ribeiro, O. (1991). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (6ª edição). Lisboa: Sá da Costa Editora.

Foto

<http://stopogm.net/content/agricultura-biológica-pode-alimenta>